

TUMULTO



Pasqualino Romano Magnavita*

Experiência rizomática

*Três elementos necessários de toda a experiência:
Um jogo de verdade
Relações de poder,
forma de relação consigo mesmo e com os outros.
Michel Foucault (CASTRO, 2004, p. 162).*

INTRODUÇÃO

Considerando o termo **Experiência** enquanto conceito (**Virtual**, incorporal), historicamente ele vem sendo atualizado (Atual), discursivamente, através de diferentes pensadores antes de Aristóteles e até os contemporâneos, tendo como o ponto de partida e de convergência o conceito Saber (conhecimento). Considera-se, aqui, que qualquer forma de pensar a Existência pressupõe um Plano filosófico (conceitual) onde o pensamento se orienta para pensar, seja ele um Plano de Imanência ou um Plano de Transcendência, ou até mesmo, um novo Plano a ser traçado e conceitos a serem criados enquanto Devir-outro da existência.

205

* professor PPG Arquitetura e Urbanismo UFBA

Considerando que o conceito de Experiência para Hegel é entendido como **movimento dialético** que conduz a consciência para si mesma, explicando-se a si mesma como objeto próprio, pergunto: seria oportuno, hoje, entender a Experiência enquanto **movimento rizomático**? Ou seja, enquanto Experiência Rizomática?

Na constatação deste autor, existe um Plano de Imanência (filosófico), traçado por Deleuze/Guattari enquanto pensamento rizomático e um conjunto de novos conceitos por eles criados e que habitam neste Plano, bem como, uma lógica denominada lógica da Multiplicidade, também conhecida como lógica da Diferença. Pensamento emergente a partir da segunda metade do século XX, pois, trata-se de um Plano de Imanência onde o pensamento se orienta para pensar, bastante diferente do Plano do pensamento dialético, lembrando que Diferença não significa Oposição. Caso haja concordância neste pressuposto, por que não adotar a expressão **experiência rizomática**? A Experiência, parafraseando Hegel, pode ser entendida como **movimento rizomático**.

Considerando que não existem conceitos isolados, outros conceitos convivem com o conceito Experiência, uma Multiplicidade deles, e isso, ocorre através de agenciamentos coletivos de enunciação Discursivamente **diz-se** (sem sujeito) que existem diferentes Experiências: sensível, natural, científica, religiosa, artística, “mística”, fenomenológica, histórica, social, política, cultural, entre muitas outras modalidades, inclusive, a histórica polêmica da existência ou não da “experiência filosófica” enquanto metafísica (conceitual) do Ser (ou dos Seres?).

Poucos pensadores, ao discursarem sobre o conceito Experiência se referem ao conceito **Estratos** (estratificações) enquanto fenômeno de espessamento da Terra. Foi Foucault quem, pela primeira vez, associou o termo

Saber (conhecimento), enquanto conceito ao de estratificação histórica (arqueologia), caracterizando-o através de duas de suas formas: **Formas de Expressão** (o que se diz) e **Formas de Conteúdo** (o que se vê), ou seja, “As palavras e as Coisas”, ou ainda, Linguagem e Luz. Superando assim, a relação significante/significado herdado da lingüística estruturalista.

Retomando esse pressuposto foucaultiano, Deleuze e Guattari deram a essa dupla articulação formal, uma outra configuração dinâmica mais ampla introduzindo o conceito de **Agenciamentos**, e isso, na dupla articulação: **Agenciamentos coletivos de enunciação** (sistemas semióticos, regimes de signos) e **Agenciamentos máqunicos**, o que se faz (ações, paixões).

Outra variável que Foucault introduziu, mais tarde, relaciona-se com o conceito **Poder** (enquanto rede difusa de micropoderes), (“Microfísica”) e, ao mesmo tempo, considerando-o indissociável em sua relação com o Saber, afirmando que o Saber se caracteriza pela exterioridade de suas manifestações e o Poder pela invisibilidade de seu exercício, embora faça ver e falar. Essa relação indissociável do Saber/ Poder, constitui para ele o “Fora”.

Mais tarde ainda, em sua *História da Sexualidade*, Foucault configura o “Dentro” como “Dobra” do “Fora”, ou seja, outra variável: a **Subjetividade**. Estabelecendo, assim uma importante tríade conceitual: **Saber/Poder/ Subjetivação**, tripé que se conecta com o conceito **Experiência**. Para Foucault, três elementos são necessários de toda experiência: “[...] um jogo de verdade, relações de poder, formas de relação consigo mesmo e com os outros”. (DE CASTRO, 2004, p. 162). Ou seja, jogo de verdade enquanto saberes (conhecimentos), exercícios de poderes e relações subjetivas, enquanto processos de subjetivação individual e/ou coletiva.

Vale salientar que toda experiência empírica ou de qualquer outra natureza, pressupõe um forma de pensar, ou seja, adotar um Plano de Imanência (coletivamente traçado e compartilhado) e utilizar conceitos, também, criados. A grande maioria dos sete bilhões de habitantes do planeta Terra é induzida, ainda, a pensar e de forma dominante dialeticamente, utilizando a lógica binária e o repertório conceitual herdado da modernidade e, como disseram Deleuze e Guattari, se orientam utilizando a forma de pensar arborescente (árvore/estrutura). Em que os conceitos básicos e dominantes são: Unidade, Identidade, Totalidade, Continuidade, Organismo, e os pares conceituais: Todo/Parte, Princípio/Fim e Causa/Efeito entre outros.

Partido do pressuposto que existe um Plano de Imanência rizomático habitado por um conjunto de novos conceitos e onde o pensamento se orienta para pensar, tal fato constitui uma diferente e criativa forma do pensamento e que emergiu na segunda metade do século XX, ou seja, a forma de pensar rizomática. Sendo assim, torna-se possível, pensar o conceito **Cidade** (Virtual) no âmbito dessa nova forma de pensar e atualizá-lo (Atual) discursivamente em estados de coisas e de corpos.

Considerando a Cidade um **estrato antropomórfico** de grande mobilidade, ela constitui um Território onde se efetuam **Agenciamentos** e que segundo Deleuze/Guattari operam em zonas de decodificação dos meios. Neste sentido, todo agenciamento é territorial e o Território é feito de fragmentos decodificados de todo tipo e extraídos dos meios e que adquirem um valor de “propriedade”. Mesmo territoriais, os agenciamentos continuam pertencendo aos estratos.

Nesse sentido, podemos afirmar que a **Cidade é um território de agenciamentos** e onde os processos de codificação e decodificação se relacionam com os estratos enquanto acumulação,

sedimentação e dobramento de Formas e Substâncias e, portanto, estratificações históricas na dupla articulação de agenciamento coletivos de enunciação e de agenciamentos maquínicos, ou seja, o que se enuncia sobre a Cidade (diz-se, individuação sem sujeito) e o que nela se faz, se produz (ações, paixões).

No momento contemporâneo muito se diz, se enuncia discursivamente sobre **Multiplicidade e Heterogeneidade** de cidades no mundo globalizado e, ao mesmo tempo, elas continuam sendo produzidas concretamente, e isso, em diferentes níveis e graus, ou seja, das “cidades globais” aos lugarejos rurais, onde ocorrem **Conexões** em rede através de “espaços de fluxos” promovidos pelas tecnologias avançadas, perpassando pelos “espaços de lugares”, e isso, sob a égide do capitalismo pós-industrial (informacional) enquanto rede aberta da produção destinada ao irrefreável consumo e ao mesmo tempo, a exclusão de **Multidões**, particularmente no meio urbano.

Além dos saberes (conhecimentos, informações) que as cidades abrigam em **Conexão** com outras cidades, enquanto **rede de cidades**, todas pressupõem relações de poderes que nelas se exercem, e isso, enquanto o “Fora” que se Dobra no “Dentro” através dos processos de subjetivação, os quais constroem as subjetividades individuais e/ou coletivas dos cidadãos (“mentes”, “território existenciais”), configurando, assim, seus comportamentos corporais, atitudes e decisões éticas (visão de mundo), e isso, enquanto exercício de micropoderes, evidenciando a existência de uma **Microplítica**.

Conceitos tais como: Biopolítica, Multidão, Sustentabilidade (não apenas em relação ao meio ambiente, mas, sustentabilidade social e mental, sugeridas por Guattari em *As Três Ecologias*), conjuntamente com o rico repertório conceitual do pensamento rizomático, além dos conceitos

acima citados: Estratos, Território; Agenciamentos, Decodificação, Multiplicidade, Heterogeneidade (Diferença), os seguintes: Descontinuidade (ruptura a-paralela); Evolução não linear; Caos (Lugar da Criação), Corpo sem Órgãos, Acontecimento, Devir, Máquinas Abstratas, Máquinas de Guerra, Aparelho de Estado, Aparelho de Captura, rostidade, *Ritornello*, e os pares conceituais: Desterritorialização e Reterritorialização; Nômade e Sedentário; Espaço Liso e Espaço Estriado, entre outros. Entretanto, vale observar que, quando se afirma que o pensamento rizomático vem “desconstruindo” o pensamento arborescente (dialético), tal pressuposto relaciona-se apenas com a perda de hegemonia que o pensamento ainda desfruta, ao tempo em que evidencia as suas limitações e alcance frente às diferentes vertentes do pensamento contemporâneo e onde o pensamento rizomático emerge.

Cidade, enquanto conceito em suas conexões com o repertório conceitual rizomático, é possível afirmar, discursivamente, por exemplo, que a Cidade é uma complexa estratificação histórica (Estratoanálise); Território de Multiplicidade e Heterogeneidade de Agenciamentos (Pragmática); uma Totalidade segmentaria (Esquizoanálise); Rede aberta de micropoderes (Micropolítica) sob a égide de um Aparelho de Estado e de seus Aparelhos de captura (Macropolítica), e isso, em confronto com Máquinas de guerra; lugar de Acontecimentos (criações) e Devires-outros (variações contínuas, transformações); presença de Nômadés (errâncias) e Sedentários e que respectivamente percorrem Espaços lisos ou permanecem fixos em Espaços estriados e, até mesmo, considerar a Cidade um Corpo sem órgãos (um corpo desejante) em lugar de um organismo como analogicamente se pressupõe e, mais ainda, como uma Máquina Abstrata (Diagrama de matérias não formadas). Por fim, a Cidade enquanto processo rizomático.

PRONEM

O projeto do convênio Fapesb/CNPq, denominado “Experiências metodológicas para compreensão da Cidade Contemporânea” – PRONEM, do Laboratório Urbano do PPGAU/UFBA, pressupõe os seguintes conceitos-chave: Experiência, Método, Complexidade, Cidade Contemporânea. Quanto ao conceito de Experiência, já nos posicionamos acima adotando a tríade conceitual foucaultiana: Saber/Poder/Subjetivação.

Surge então a questão do Método. O que seria então o conceito Método e uma subsequente metodologia relacionada com uma pesquisa enquanto experiência urbana? São tantas e diferentes as definições de método, que se equivalem em número às definições de experiência. Entre algumas das definições, encontramos: “procedimentos técnicos ou meio de se fazer alguma coisa”, ou então, “processo organizado lógico e sistemático de pesquisa”; ou ainda, “ordem lógica ou sistema que regula uma determinada atividade”; e mais, “conjunto de regras, princípios normativos”. Do ponto de vista científico a discutível definição de Edgar Morin: “Atitude intelectual que visa à integração das múltiplas ciências e seus procedimentos cognitivos heterogêneos, tendo em vista o ideal de um conhecimento eclético e complexo” (dicionário Houaiss). E outras tantas poderia ser acrescidas. Definições essas que incluem um conjunto de numerosos conceitos: Processo, Procedimento, Organização, Sistema, Ordem, Lógica, Regra, Norma, Atitude, entre outros.

Não seria o Método uma consequência da orientação do pensamento, ou seja, a presença de um Plano de Imanência e da instrumentalidade conceitual que nele habita (Plano e conceitos), desde quando é onde o pensamento se orienta para pensar? Não seria a forma de pensar rizomática a “plataforma” necessária e processual, enquanto

lógica da Multiplicidade, uma atitude e um caminho que inspirasse a metodológica para compreensão da complexidade da Cidade Contemporânea?

Seria compreensível afirmar que qualquer cidade que se considera e de qualquer nível ou grau, poderá ser compreendida como a efetuação de um processo rizomático, no sentido de encontrar-se no *Entre*, no *Meio*, no *Intermezzo* de situações e circunstâncias, ou seja, de Multiplicidade e Heterogeneidade de imprevisíveis Conexões e onde ocorrem rupturas a-significantes (descontinuidades), evoluções a-paralelas (não lineares), Decalques (repetições, reproduções) e Performances (criações), micropolíticas (revoluções moleculares), Acontecimentos, e isso, no sentido de um Mapa, uma Cartografia enquanto prefiguração de um sistema aberto de imprevisíveis Devires? Pressupondo essa complexidade de elementos, pergunto: o que seria uma metodologia rizomática? Um **Método Rizomático**? Existe esta possibilidade ou seria uma atitude a-metódica, sem modelo, sem regras normativas, um sistema aberto sem princípio nem fim?

Vale lembrar que o pensamento rizomático segundo seus criadores, é um **Construtivismo**, um processo em variação contínua e a Cidade, também, é um processo construtivo, pois, ela se encontra sempre no **Meio** de Saberes estratificados e/ou emergentes. Ou seja, **Entre** poderes constituídos (dominantes) e contra-poderes emergentes ou ainda, no **Intemezzo** de subjetividades assujeitadas e subjetividades de resistência, ou seja, consenso ou dissenso. Neste sentido, um eixo metodológico poderia ser Construtivismo/ Desconstrução, ou seja, Dissenso emergente/consenso dominante (doxa e urdoxa acadêmica).

Nesse sentido, considerando o método uma atitude, um procedimento, um sistema, uma lógica, uma norma ou conceitos próximos a estes, ou seja, um método que deveria ser, antes de

tudo, uma atitude, um posicionamento político, simultaneamente, uma macro e micropolítica e, portanto, pressupõe, uma dimensão Ética. A cidade enquanto paradigma ético (visão de mundo).

A Cidade para nós arquitetos e urbanistas se situa na forma de pensar e criar da Arte, um bloco de sensações constituído por criativas percepções (Perceptos) e Afectos (não meros sentimentos, afeições), e isso, enquanto **“Lógica dos sentidos”**. O plano da arte é o **Plano de Composição**. As outras duas formas de pensar e criar, a Filosofia com seus conceitos e o Plano de Imanência, a Ciência com suas funções e seu Plano de Referência, entram na arte, todavia não a determinam. As três formas de pensar se cruzam, se entrelaçam, entretanto, sem síntese e identificação, nem prioridade de uma delas sobre as outras. O clímax desse pensamento ocorre quando a sensação se torna sensação de conceito ou sensação de função; a função se torna função de conceito ou função de sensação; o conceito se torna conceito de sensação ou conceito de função. A Cidade, através das práticas de seus cidadãos, pressupõe essas três formas de pensar e criar e, portanto, constituem uma realidade onde os conceitos, as funções e as sensações se cruzam se entrelaçam e fazem do pensamento sobre a cidade e suas criações (Acontecimentos) uma **Heterogênese**.

Sendo a Cidade uma obra de arte, um bloco de sensações, outro eixo “metodológico” a ser evidenciado seria o **Corpo e seus sentidos**, mas também, um corpo afetivo, desejante (desejo não como falta, mas enquanto criação, um **Corpo sem órgãos**). Corpo não apenas como comportamento normativo, mas de movimentos, gestos, posturas capazes de afetar o espaço urbano com atitudes singulares, criativas, práticas dissensuais e que permitem novas percepções e afetividades urbanas, e isso, enquanto “Figuras Estéticas”. Então, o Paradigma ético acima referido se configura em

Paradigma Ético-Estético. Sem dúvida, um poderoso eixo metodológico.

Metodologicamente, o modo de produção capitalista de cidades evidencia um fundamental “**Axioma**” (verdade evidente por si mesma): a **Propriedade** de bens materiais e imateriais. Conceito este criado historicamente, embora configurado de diferentes modos que diferem em grau e em nível, todavia, a Propriedade resiste em mudar de natureza (haja vista a tentativa da revolução soviética de acabar com o conceito dominante de **Propriedade Privada**, o axioma maior do capitalismo). Conceito que possui variações e zonas de vizinhança com outros conceitos: Público, Espaço, Comum, Território, Posse, Direito, Valor, Patrimônio, Patente, Mercadoria, entre muitos outros. Cidade enquanto Totalidade segmentaria de multiplicidade e heterogeneidade de propriedades e proprietários, que, coexistem com Multidões sem propriedades materiais e muito menos imateriais.

Dessa forma, no aspecto mais material, a terra urbana tem sido o eixo principal da especulação imobiliária nas cidades, inclusive através da acelerada privatização do espaço público e dos processos de terceirização e parcerias, além da consentidas apropriações denominadas de “colarinho branco”. Além disto, proliferam os loteamentos clandestinos que adquirem um mínimo grau na hierarquia especulativa da terra urbana, fora as ocupações ditas impropriamente de “ilegais” de nômades despossuídos que vagam pelas periferias das cidades construindo favelas e que uma vez consolidadas adquirem, também, valor de propriedade e entram na baixa faixa da especulação imobiliária. E tudo isto frente ao movimento dos Sem Teto que para sobreviverem ocupam edificações em áreas degradadas, ou no limiar da existência se tornam moradores de rua. Portanto, o “eixo metodológico da especulação da terra urbana”,

torna-se de fundamental importância para a pesquisa em questão.

Na compreensão discursiva da Cidade, os conceitos Uno (Unidade) e Identidade da lógica binária, hierarquicamente subordinaram respectivamente, os conceitos **Multiplicidade** e **Diferença**. Por sua vez o conceito Totalidade (absoluta Integração do Todo e suas partes, a guisa de um quebra-cabeça), cede lugar a **Totalidade segmentaria**. Em relação ao conceito Organismo emerge o conceito **Corpo sem órgãos** e ao de Evolução linear afirma-se o conceito **Evolução a-paralela** (ruptura a-significante). O Caos como Desordem, desconhece a potencialidade do **Caos** enquanto lugar da criação de todas as formas e desconhece, também, os diferentes níveis de enfrentamentos que com ele mantém as três formas de pensar e criar: Filosofia, Ciência e Arte. Os Pares conceituais: Princípio/Fim e Causa/Efeito são respectivamente desconstruídos pelos conceitos **Meio** (Entre) e **Acontecimento**, (enquanto ruptura a-significante, Criação), desconstrói o par conceitual Causa/Efeito. O **Tempo** cronométrico mensurável, (Presente, Passado e Futuro), cede lugar ao paradoxo do conceito **Duração** (Memória) e ao Tempo incomensurável do **Instante** e da **Eternidade** (Tempo de Aion), sem princípio nem fim enquanto incomensurável, um Devir-outro da Existência.

Outro eixo metodológico poderia ser sustentado pelo conceito **Dobra**. A cidade pressupõe **Dobras, Redobras e Desdobras**, mas também, pressupõe um conceito em zona de vizinhança: **Inflexão** e que entra em sua configuração visível de suas estratificação históricas de seus saberes; na invisibilidade do exercício de suas redes de macro poderes; e na relação dos indivíduos consigo mesmo através dos processos de subjetivação (micropoderes). Em primeira instância, as dobras, redobras, desdobras e inflexão da Cidade se manifestam em suas configurações

exteriores, visíveis e resultam de Agenciamentos maquínicos (ações, intervenções) sobre o **Lugar** e que pressupõem Agenciamentos coletivos de enunciação, ou seja, o que se enuncia (o que se diz) para a efetuação das intervenções urbanas, como se diz e para quem? O mesmo, quem faz e como faz e para quem faz? Um semieixo metodológico poderia ser introduzido relacionado com as quatro dobras da subjetividade propostas por Foucault e aqui adaptadas e relacionadas com a cidade.

A primeira dobra depende da parte material de nós mesmos, o corpo e seus sentidos (o organismo os mais imanentes elemento de estratificação dos indivíduos). Os corpos e seus movimentos no sentido de mobilidade e acessibilidade urbanas (andanças, gestos, atitudes), sejam elas a de pedestres ou de motorizados (ciclistas, motoqueiros, veículos coletivos e privados e helicópteros) e que exigem espaços urbanos específicos e mais específicos, ainda, para os portadores de necessidade corporais especiais, e que enfrentam problemas no meio urbano (cegos, surdos, mudos, paraplégicos, autistas, crianças e idosos, entre outros), e exigem especial atenção dos projetistas urbanos, eles percebem (dobram) a Cidade de maneiras diferentes.

A segunda dobra diz respeito às relações de forças (o poder) em sua atuação mais presente, pois, é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças é dobrada para tornar-se relação consigo, podendo gerar tanto uma aceitação, consenso, ou então, uma atitude de resistência, de dissenso em relação às intervenções e problemas urbanos. Por exemplo, setores profissionais de planejamento urbano de Salvador e de reconhecido saber, resistiram muito à aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Contudo, o diagrama de forças e a estratégia da corrupção junto à maioria de vereadores da Câmara Municipal, permitiram, lamentavelmente, a aprovação do referido Plano.

A segunda dobra relaciona-se com o saber enquanto regime de pressuposição da verdade, uma ligação do que é verdadeiro com o nosso ser, dobra historicamente bastante mutável enquanto subjetivação do saber em virtude da multiplicidade e heterogeneidade deles. Embora, como afirma Foucault, o saber não é ciência, pois não passa necessariamente pelo filtro epistemológico. Entretanto, em primeira instância, qualquer cidadão necessita de um Saber sobre sua cidade, ou seja, a dobra do saber enquanto relação consigo mesmo, ou seja, se orientar na cidade em diferentes níveis de acessibilidade (pedestre, ciclista, etc.), pois para se orientar e mobilizar-se e estabelecer a estratégia de deslocamentos em uma cidade é um problema que aumenta a depender da escala da cidade. Neste sentido, o texto de Kevin Lynch, *Imagem Urbana* (1974) se aproxima deste saber de se orientar através marcos de referência e mapas mentais.

A terceira dobra diz respeito às relações de forças (o poder) em sua atuação mais presente, pois, é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças é dobrada para tornar-se relação consigo, podendo gerar tanto uma aceitação, consenso, ou então, uma atitude de resistência, de dissenso em relação às intervenções e problemas urbanos. Por exemplo, setores profissionais de planejamento urbano de Salvador e de reconhecido saber, resistiram muito à aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), entretanto, o diagrama de forças e a estratégia da corrupção junto à maioria da Câmara Municipal, permitiram a aprovação do referido Plano.

Por fim, a quarta dobra é aquela do próprio lado de fora: a **interioridade da espera**. É dela que o sujeito de diversos modos; pressupõe ou não a imortalidade ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte, o desprendimento. Equipamentos e acontecimentos urbanos promovem com mais frequência esta dobra da espera. Dobra que ocorre

em indivíduos ou coletividades que freqüentam cultos religiosos, em visita a cemitérios, crematórios, em práticas fúnebres, em hospitais, particularmente, em situações de doenças graves ou quando ocorrem desastres, acidentes de diferentes naturezas, calamidades públicas (desastres, deslizamento de encostas, alagamentos, terremotos, incêndios, epidemias, violência, homicídios, guerras, entre outros acontecimentos). As quatro dobras exemplificam as quatro causas da subjetividade: material, a primeira; formal a segunda; eficiente a terceira; a da espera, a quarta.

Essas dobras são extremamente variáveis e ocorrem em ritmos diferentes e variações contínuas, mutações e constituem modos de subjetividade. Todavia, elas operam interiorizando códigos e regras que emanam dos saberes e poderes dobrados, mas não sem que outras dobras ocorram e ajudam a criar resistências aos poderes dominantes que se dobram na interioridade individual e/ou coletiva.

A luta que se anuncia, hoje, passa por resistir às duas formas de sujeição. A primeira consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder dominante; a segunda, em ligar cada indivíduo a uma identidade fixa, conhecida, configurada uma vez por todas. Então, a luta interna da subjetividade se apresenta como direito a diferença.

Nesse sentido, no que se diz e no que se faz, evidencia-se a atuação do “não estratificado”, a invisibilidade do Poder (relações de forças) enquanto rede de micropoderes. Para Foucault:

[...] as relações de poder não emanam de um ponto central, de um ponto de soberania, nem de um ponto a outro, no interior de um campo de forças, mas marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências, por isso que essas relações de forças não são localizadas numa instância ou em outra. Neste sentido, essas relações

*de forças constituem uma **Estratégia** enquanto exercício do não estratificado, pois as estratégias são anônimas, quase mudas e cegas, pois escapam às formas estáveis do visível”. (DELEUZE, 1988, p. 81).*

Sendo assim, as instituições do Aparelho de Estado são mecanismos operatórios que não explicam o poder, mas, apenas expõem as relações, as fixam sob uma função geralmente reprodutora, Sendo assim, é sempre oportuno relembrar e repetir o conceito de Aparelho de Estado discursivamente atualizado em uma definição lapidar:

[...] o aparelho de Estado é um agenciamento que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de um nos outros e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficiência depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social [...] Não há ciências de Estado, mas máquinas abstratas que têm relações de interdependência com o Estado. Por isso, sobre as linhas de segmentaridade dura, devem-se distinguir os segmentos de poder que codificam os segmentos diversos, a máquina abstrata que os sobrecodifica e regula suas relações, o aparelho de Estado que efetua essa máquina. (DELEUZE; GUATTARI,, 1998, p. 150).

No Aparelho de Estado as relações não são moleculares, mas, molares, o “Fora”. Toda

a instituição tem necessariamente dois polos ou elementos: os “aparelhos” e as “regras”, pois, ela organiza enunciados campos de visibilidade e regimes de enunciado que constituem os saberes e que, a guisa de exemplo, normalmente se reproduzem nas instituições acadêmicas. As questões relacionadas com os poderes e os processos de subjetivação são geralmente omitidas e, igualmente isso ocorre nas instituições de Planejamento Urbano, pois, o importante é o saber, ser competente em enunciar e produzir, basicamente para o mercado, o resto é silêncio.

Sem dúvida, o eixo que deve ser mais bem explicitado e com maior propriedade nesta pesquisa, consiste em estabelecer uma relação e coexistência entre a macropolítica e a micropolítica, inclusive, aprofundar a importância do entendimento sobre as “Sociedades de Controle”, ou seja, entre o “Fora” e o “Dentro” frente aos processos midiáticos da informação e comunicação promovidos pelas tecnologias avançadas e que vem permitindo a criação de “Cidades Virtuais” e “Cidades Homogêneas” sob a égide do capitalismo pós-industrial voltado para o irrefreável consumo e espetacularização da existência e, simultaneamente, promovendo maior segregação e exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência rizomática e o seu subsequente método na compreensão da Cidade, pressupõe que ela se encontra sempre no Meio de circunstâncias, situações, contextos ou termo equivalente, estabelecendo uma Multiplicidade e Heterogeneidade de conexões, inclusive, com imprevisíveis ocorrências (calamidades públicas), e isso, em continua variação (transformações), admitindo descontinuidades (rupturas a-significantes), Acontecimentos (criações), Devires outros da Existência e procede por Desenvolvimento não linear.

A Cidade é um mapa, uma cartografia que se configura como rede aberta que abriga estratificações físico-químicas, orgânicas e antropomórficas de grande mobilidade sem princípio nem fim, configurando uma realidade imanente que D/G a denominaram “Juízo de Deus”. Nela configura-se uma trama viária hierarquizada com várias entradas e saídas, e edificações, praças e espaços verdes de diferente natureza (públicas, semi-públicas e privadas) e diferentes funções e destinatários (classes: A, B, C, D.. Z). Consta-se a presença de áreas arruinadas (“rasgadas” do Mapa), todavia, ela continua crescendo, desterritorializando-se em novos territórios sedentários ou nômades, ou reterritorializando-se em áreas degradadas promovendo processos de gentrificação ou resultando em ocupação pelos Sem Teto.

No universo macro da representação do Real e do Possível, a Cidade é o lugar onde se efetua o “Fora” (a relação Saber/Poder), portanto, o lugar da **Macropolítica**, a qual pressupõe e coexiste com os processos de subjetivação individual e/ou coletiva enquanto “território existencial” da **Micropolítica**.

Do ponto vista discursivo o conceito Cidade enquanto virtual é atualizado em estados de coisas e de corpos (disciplinas urbanas nas academias). Neste sentido a Cidade pode ser considerada uma **Máquina abstrata, binária e axiomática** e que tenta em suas práticas acadêmicas, capturar as **Máquinas de guerra** que não se deixam codificar, não reproduzem saberes, não fazem Decalques, mas através de resistentes **Performances**, criam novos conhecimentos.

Na Cidade, coexistem Nômades e Sedentários que percorrem, respectivamente, **Espaços lisos** e **Espaços estriados**. Enquanto Território evidencia *Ritornellos*, permite **Desterritorializações** (Linhas

de fuga) e **Reterritorializações**. Por fim, a Cidade é uma um **Corpo desejante**, portanto, um **Corpo sem órgãos** em permanente Devir-outro.

Tentarei esquematizar alguns eixos “a-metódicos”:

> Conceitualmente (teoria), o pensamento (crítico) rizomático deve ser considerado o eixo principal do PRONEM.

> A tríade conceitual Saber/Poder/Subjetivação, torna-se um eixo metódico eficiente para entender a complexidade da cidade contemporânea.

> O Plano de Imanência do pensamento rizomático e seu rico repertório conceitual (teórico) devem orientar, discursivamente, as práticas urbanas que a pesquisa pretende realizar.

> Sente-se a necessidade de estabelecer um melhor entendimento da relação Macropolítica/Micropolítica.

> Torna-se indispensável enfrentar conceitualmente a relação entre as três formas de pensar e criar: Filosofia, Ciência e Arte e que do ponto de vista fenomenológico, a Cidade se encontra no universo da Arte, produz Perceptos e Afectos. Evidenciar o Paradigma Ético-Estético proposto por Guattari.

> As quatro **Dobras** propostas por Foucault podem ajudar a entender a Cidade em sua complexidade.

> Considerando que a pesquisa tem um vínculo institucional, sob a égide do Aparelho de Estado, temos de aprofundar bem este conceito e ver como contornar no produto final, a burocracia conceitual dominante da forma de pensar arborescente, tanto da FAPESB como do CNPq.

CONCLUSÃO

A Cidade é uma experiência rizomática, conceitualmente, um **Rizoma!**

Espero que todos nós sejamos **Máquinas de guerra!**

Obrigado pela atenção e me coloco no “pelourinho” do PRONEM aguardando as bem-vindas críticas! Prováveis chicotadas enquanto pancada de amor não devem doer, espero que devam, sim, a ajudar o **Construtivismo** do Devir-outro de todos nós!

Itaparica, Novembro/2011 